



**REMOÇÃO**



Outra grande mudança se concretiza na década de 1960: Juscelino Kubitschek faz de Brasília a nova capital do país, perdendo o Rio o *glamour* e o brilho que acompanha o poder. Segundo Drummond (1981, 95), a nova capital é uma das grandes contradições da história do Brasil. Ao mesmo tempo da sua construção, milhares de favelas se multiplicaram por todo o país. Foi o confronto entre a modernidade extrema, e a espontaneidade e a não planificação máxima, representada pelas favelas. Duas formas urbanas contraditórias, mas coexistentes na mesma altura, fruto da mesma sociedade.

É criado, então, o Estado da Guanabara que teria uma vida administrativa de 15 anos. Eleito para seu Governador, Carlos Lacerda<sup>21</sup> escreve uma nova página na relação entre o poder e as favelas, marcado por remoções sumárias e pela criação de conjuntos habitacionais periféricos, construídos pelo Estado e financiados pelos Estados Unidos.<sup>22</sup>

Antes disso, contextualizemos esta década. O Censo de 1960 revela novos números e novas expansões. A população favelada passa de 7% em 1950 para 10% em 1960 (PARISSE, 1969, 145), reflectindo as dificuldades sentidas pela população brasileira em geral. De facto, a conjuntura era difícil: os investimentos em Brasília e a filosofia dos “cinquenta anos em cinco” sem lucros imediatos, o aumento galopante do custo de vida e, consecutivamente, da habitação davam origem a um desencontro entre o salário mínimo e a inflação cada vez maior. Consequentemente houve uma multiplicação de favelas nos anos 50, muito além do aumento da cidade e do crescimento da década anterior: de 59 favelas em 1950 passam para 147 uma década depois, registando um aumento de 150%. A população favelada praticamente duplica, passando de 169 305 para 337 412 pessoas, muito acima dos 39% do incremento da restante população. A título de exemplo, a Rocinha triplicou a sua população nesta década, crescendo de 4 513 para 14 793 habitantes em 1960, passando a ser a segunda maior favela do Rio, depois do Jacarezinho. Só as favelas de Santa Teresa cresceram mais, com um aumento de 500% (SILVA, 2005, 91-93). Há também alguns núcleos que desapareceram, desses, o caso mais célebre é a Favela do Morro de Santo Antônio, arrasado nesta década.

Além destas evoluções, continuam a nascer novas tipologias de favelas, falando-se agora no caso de aglomerados de poucos barracos, às vezes até só de um, que surgem em pequenos terrenos baldios. O *Diário de Notícias* de 10/8/1962 chama-lhe a “subfavela” (SILVA, 2005, 94).

Também Copacabana cresce a um ritmo imparável, verticalizando-se e engrossando o contingente favelado, trabalhador na construção civil, atraído por emprego não qualificado farto e aproveitando os morros para ficar perto do local de trabalho. Por isso se pode dizer que a expansão vertical, numa primeira fase, favorece a instalação de favelas. Porém, quando o adensamento leva à saturação do espaço e à valorização excessiva do terreno, edifícios e favelas entram em conflito. A favela Santa Marta, palco de um actual *best seller* brasileiro, do jornalista Caco Barcellos (2003), nasceu e cresceu nestas circunstâncias:

<sup>21</sup> Carlos Lacerda foi jornalista e o primeiro Governador do antigo Estado da Guanabara entre 1960 e 1965. Depois de quatro anos como colaborador do *Correio da Manhã*, funda o seu próprio jornal: *Tribuna da Imprensa*.

<sup>22</sup> Embora a primeira inclinação de Carlos Lacerda tenha sido para o Comunista, filiando-se no PCB, em 1939 romperia com o movimento, passando-se para a ideologia direitista. Foi justamente a sua posição anti-comunista que facilitou a captação de empréstimos estrangeiros e possibilitou a política dos conjuntos habitacionais periféricos, grande marca do seu governo.

“Dom Hélder Câmara chegou ao Rio para morar no bairro de Botafogo nos anos 40, quando eram erguidos os primeiros barracos no meio da floresta do Morro Dona Marta. (...) Apesar das proibições ambientais, Dom Hélder mandou derrubar várias árvores do morro para a construção das capelas de Nossa Senhora Auxiliadora, bem perto da casa de Juliano, e a de Santa Marta, no pico do morro. As duas igrejas tornaram-se um marco de suas obras sociais (...) As capelas deram força para a fixação da favela (...) Muitas vezes abrigaram trabalhadores sem teto, que chegavam em massa do Nordeste atraídos pela oferta de emprego nas obras da construção dos prédios de Copacabana” (BARCELLOS, 2003, 65).

Nesta altura a Zona Sul, por exemplo, contém maior percentagem de favelados do que de não favelados: 19,6% contra 18,9% (PARISSE, 1969, 161).

O agravamento das secas do Nordeste e as facilidades na acessibilidade para o Sul, terra dos sonhos, fazem disparar para 200 mil os migrantes nordestinos a chegar ao Rio em condições desumanas (PARISSE, 1969, 209). Para informá-los e prestar-lhes auxílio, os Bispos do Nordeste reuniram-se em vários encontros nacionais onde debateram o problema. A meta era a assistência aos paus-de-arara, caminhões de carga precariamente adaptados para o transporte de passageiros, com a criação de postos de migração para atender e hospedar os migrantes.



24. Morro do Borel, 1960



25 Santa Marta, palco do livro *Abusado*, de Caco Barcellos, 1971

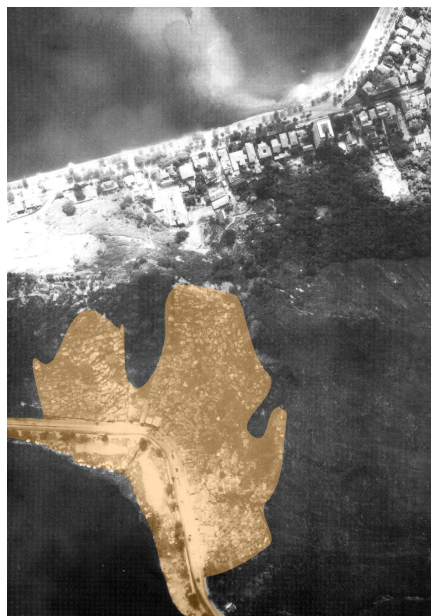
Perante esta conjuntura, Lacerda convida, em 1965, o urbanista grego Constantino Doxiadis para elaborar o segundo plano director da cidade que, tal como no primeiro caso, também fica conhecido com o nome do seu criador. O seu plano colorido, do qual só as famosas Linhas Vermelha e Amarela foram executadas, tinha como objectivo a reformulação dos princípios orientadores do urbanismo da cidade.

Paralelamente ao Plano Doxiadis, Lacerda inicia uma política de extinção das favelas como nunca o Rio tinha assistido. O destino eram conjuntos habitacionais periféricos.

Esta política revela-se eficaz, embora extremamente contraditória. Teoricamente, Carlos

Lacerda sustenta-a no déficit habitacional, oferecendo aos moradores a possibilidade de aquisição de casa própria legal nesses conjuntos. No entanto, das mais de 4 mil pessoas removidas no ano de 1970, aproximadamente 32,6% eram provenientes da Zona Sul, que não era a zona com mais favelas. A Zona Norte, por exemplo, respondia por 67,9% das favelas do Município e, desta área, somente 25,1% foram removidas, revelando a não proporcionalidade entre a percentagem de favelas e o número de remoções (SILVA e BARBOSA, 2005, 44).

Claro que, mais do que tudo, a Zona Sul estava na mira do capital imobiliário, que começava a valorizá-la. O seu desfavelamento trazia oportunidades fabulosas de lucro, liberando vastos terrenos para o investimento imobiliário. Foi o caso das favelas adjacentes à Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje áreas de luxo, entre elas Catacumba e Ilha das Dragas.





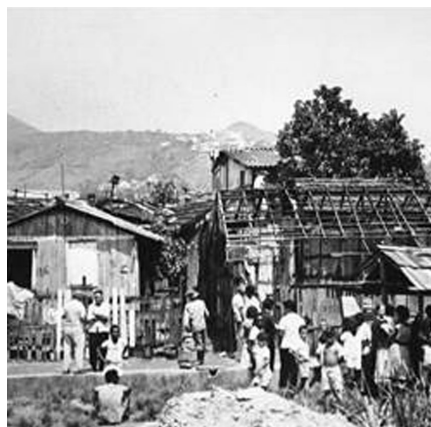
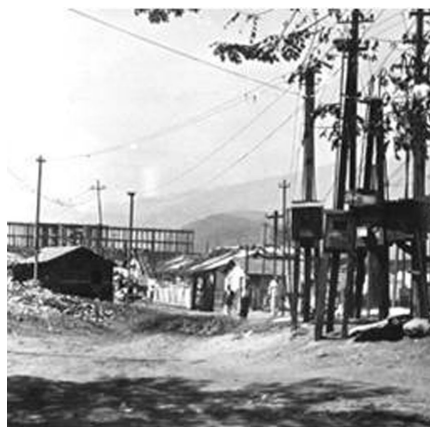
29. Lagoa Rodrigo de Freitas, Favela Ilha das Dragas, parte construída sobre palafitas, década de 60  
30 e 31. Favelas junto à Lagoa: Ilhas das Dragas, Ilha do Guarda e Praia do Pinto, década de 60

Por outro lado, outras contradições se constataam no atabalhoamento de alguns processos de remoção. É o caso da Favela do Esqueleto e do Morro do Pasmado.

No primeiro caso, são empreendidas melhorias na favela em 1961, inaugurando-se, inclusive, um posto policial e uma escola, e mudando-se o nome para Vila São Jorge. Meses depois surge o rumor da extinção da favela para a construção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Avenida Radial Oeste, cujo primeiro trecho foi pouco depois inaugurado com a remoção de parte da favela. Só em 1964 a remoção ficou completa, com muita resistência e polêmica. Um dos ex-moradores relata a remoção:

“Todo o processo de remoção foi conduzido com muita rapidez. As famílias cadastradas eram levadas para os conjuntos habitacionais e os barracos iam sendo derrubados. Achei tudo muito rápido, mas não houve desrespeito” (MONTEIRO, 2003).

Com o Morro do Pasmado também houve indecisões. Esta favela tinha sido urbanizada em 1961 pelo SERFHA, com a ajuda da associação de moradores e com investimentos dos órgãos públicos e dos favelados através de *mutirão*. Em 1962 foi realizado um cadastro visando a remoção, que se estendeu até 1964.



32, 33, 34 e 35. Remoção da Favela do Esqueleto, meados de 60

A grande instabilidade política vivida, entretanto, culmina com o golpe militar de 1964 que traz de volta a ditadura ao Brasil e põe fim a três décadas de políticas populistas. O autoritarismo ditatorial alia-se aos interesses do capital e as camadas populares passam a ser reprimidas e controladas como nunca. Algumas organizações sindicais e associações de moradores desapareceram ou passaram à clandestinidade, enquanto outras se uniram e criaram, em 1963, a FAFEG (Federação de Favelas do Estado de Guanabara, hoje FAFERJ).

Em 1964 também é criado o Sistema Financeiro de Habitação, que incluía o BNH (Banco Nacional de Habitação), com vista a financiar a política habitacional popular do regime militar. A partir dele, este conseguiu dinamizar o sector da construção civil, disseminando a ideia da casa própria, acessível a qualquer trabalhador, e solução imbatível para esta crise.

brasileira. Os princípios eram os da propriedade privada e a selecção dos beneficiários dependia da sua renda, para garantir o retorno do investimento e a continuidade do processo. Assim, ficavam definitivamente afastados todos os que não possuíssem renda compatível com o endividamento, seja pelos baixos salários, ou pela insegurança do subemprego (diga-se emprego intermitente ou informal), logo, os favelados. A inadimplência comprometia o sucesso do processo, o que fez alargar a população atendida pelo Banco até à faixa dos 3 a 5 salários mínimos, excluindo a população até aos 3 salários, a verdadeiramente necessitada.

Deste modo, a acção do Banco voltada para as favelas foi insignificante, e as camadas de maiores rendimentos passaram a ingressar nos financiamentos inicialmente pensados para as camadas populares. O BNH “financiou 3,2 milhões de unidades para famílias de renda superior a 5 salários mínimos, contra 1,2 milhão de unidades para famílias com rendimentos de até cinco salários mínimos” (BUENO, 2000, 32). Apenas 33,6% das unidades financiadas foram destinadas aos sectores populares e desses, 6% às populações de 1 a 3 salários mínimos. As suas grandes construções foram conjuntos habitacionais periféricos, como Vila Kennedy, Vila Aliança ou Cidade de Deus. Em 1986 faliu e, depois dele, praticamente não houve mais financiamentos habitacionais no Brasil. No entanto, embora entre 1940 e 2000 o Brasil urbano tenha passado de 2 para 37 milhões de domicílios, de cada cinco casas, pouco mais de uma teve crédito ou financiamento (SILVA e BARBOSA, 2005, 135).

54

Concluindo: “O modelo dos conjuntos residenciais foi o adoptado oficialmente. O modelo da autoconstrução foi o adoptado pelo povo. Este último se apresenta nas favelas e nos loteamentos periféricos e é o grande agente da construção da moradia pobre brasileira. Isto é, o brasileiro não se limitou a aguardar as iniciativas governamentais. Precisando de casa, sem financiamento, sem oferta adequada a suas necessidades e possibilidades, foi o produtor autónomo de sua moradia. Construiu segundo a condição possível. Na precariedade óbvia” (MAGALHÃES, 2004, 115).

Para coordenar as remoções é criada, em 1971, a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), que justifica as remoções com critérios morais, higiénicos e estéticos, que só beneficiariam económica, social, moral e higienicamente as populações removidas.

A COHAB (Companhia de Habitação) também teve um papel importante na execução das políticas estatais, actuando no novo eixo industrial da Avenida Brasil que, a partir da sua abertura em 1946, se consolidou como grande pólo de expansão da cidade.

Entre 1962 e 1973, 80 favelas foram extintas com 26 mil moradias e 140 mil pessoas foram removidas para conjuntos habitacionais (SILVA e BARBOSA, 2005, 47), provocando drásticas alterações na sua vida, incluindo, além da mudança de casa e de bairro, a quebra de laços de amizade e solidariedade profundos, o distanciamento do emprego, às vezes, em mais de 30 quilómetros, entre outras. A localização periférica, além de acrescentar o preço dos transportes no já apertado orçamento familiar, até então desnecessário, veio enfraquecer as famílias, cada vez menos tempo juntas, numa rotina diária que vai de um acordar às 5 da manhã até um chegar a casa às 7 da noite, prejudicando a educação das crianças, que tiveram de ser deixadas mais tempo sozinhas, muito em breve, vulneráveis a um novo tipo de domínio, o narcotráfico, que se infiltra nas favelas entre as décadas de 70 e 80. Não foram



tidos em conta os desejos dos favelados, eles simplesmente não tiveram escolha e nem sequer o investimento que eles depositaram nas suas anteriores moradias foi valorizado, já que estas foram derrubadas sem qualquer indemnização.

Depoimentos de moradores removidos da Favela da Catacumba, recolhidos por Perلمان, relatam como, além de tudo isto, os conjuntos habitacionais, distantes e apartados da cidade, se assemelhavam a uma espécie de prisão, onde nada se passava e onde a vida e a espontaneidade do espaço heterogéneo favelado é perdido, em favor de uma monotonia regulada e triste: “No começo eu sentia falta da praia, da lagoa, das lojas, de tudo – eu ainda sinto... Aqui não há nada para fazer, por isso eu vou ter de me casar (...) Não existem diversões nocturnas, assim eu fico vendo televisão, é só” (PERLMAN, 2002, 259).

“Aqui eu conheço meus vizinhos de nome, mas não somos amigos – meus velhos amigos estão longe... Aqui não fazemos mais passeios como tomar a barca de Paquetá, organizar piqueniques, ir à praia. Todos vivem isolados. Aqui não há clubes atléticos juvenis, nem clubes de futebol, nem samba, nem Carnaval. Uma vez eles exibiram dois filmes e nunca mais (...) As pessoas não se reúnem – cada um trata da própria vida” (PERLMAN, 2002, 259).

“Ai, dona, eu nasci no chão, cresci na terra, e vivi toda vida no plano. Como é que eles querem que eu me acostume a viver numa altura de quatro andares? Eu fico toda arrepiada (...) Passo fora de casa a maior parte do tempo” (PERLMAN, 2002, 271).

“Foi difícil me acostumar com o subúrbio. Chorei muito na hora de ir embora (...) Todos os meus amigos moravam na Catacumba” (MONTEIRO, 2003).

Embora funcionais, estes conjuntos eram completamente isolados, monótonos e rígidos para quem toda a vida tinha morado num labirinto de ruas e vielas. Como se relata, até a altura dos edifícios era um dado completamente novo e desconhecido. Por outro lado, as relações pessoais também sofreram um duro golpe. Os moradores foram distribuídos com o único critério do rendimento familiar, sem ter atenção aos laços de amizade que os unia, pelo que alguns melhores amigos, e até famílias, ficaram afastadas dezenas de quilómetros, a maioria para toda a vida.

Toda a criatividade e expressividade das redes sociais foram quebradas irremediavelmente com a brutalidade das remoções. Para cúmulo, as habitações ainda eram de péssima qualidade, nas quais foram utilizados os materiais piores e mais baratos. Muitos dos barracos eram de melhor qualidade do que as posteriores habitações e todos os consertos, provenientes da acelerada degradação, eram da responsabilidade dos moradores.

Embora com os benefícios de terem escritura da sua habitação, agora completamente legalizada, muitos deles endividaram-se para pagar as prestações<sup>23</sup> das casas (que se arrastavam por décadas), bem como os restantes pagamentos: água, luz, condomínio, taxas

<sup>23</sup> De notar que, a partir do momento em que determinada favela era escolhida para ser removida, aos seus moradores apenas restava a mudança para os conjuntos e o pagamento dos apartamentos para os quais tinham sido transferidos, independentemente da sua vontade ou disponibilidade financeira, que apenas influiu no momento da atribuição das casas. Por isso, não é de estranhar que, passados alguns meses, a inadimplência fosse geral. Famílias que batalhavam para ter o que comer depararam-se, sem escolha, com prestações muito além do seu orçamento.

várias, transporte, etc. Outros deixaram o local e partiram novamente para outras favelas mais próximas do emprego, pela incompatibilidade das prestações ou, pura e simplesmente, por não se habituarem a um estilo de vida dito ‘formal’, ficando clara a importância da favela na vida destas populações. Considerados pessoas sem educação e cultura, incapazes de opinar sobre o que quer que seja, restava-lhes aceitar, agradecer e pagar os imóveis construídos e determinados por lógicas e expectativas que não eram as suas.

Das dezenas de favelas removidas, um dos mais célebres casos foi o da favela Praia do Pinto, no Leblon, onde hoje está o condomínio vulgarmente chamado de Selva de Pedra.



56

36 e 37. Praia do Pinto, década de 60 e Selva de Pedra (projecto)

Aquando da remoção tinha 20 mil moradores. Depois de anos de resistência, foi um incêndio sem causa determinada que a consumiu: “Muitas pessoas não queriam sair. Apesar dos problemas, preferiam continuar morando na Zona Sul. O incêndio obrigou todo mundo a ir embora” (MONTEIRO, 2003), conta Maria Rosa de Souza Noronha, de 62 anos, ex-moradora da Praia do Pinto, depois removida para o Complexo da Maré.

Também os moradores dos Parques Proletários foram transferidos nesta leva de especulação imobiliária. Os do Parque da Gávea, por exemplo, souberam dos primeiros rumores da remoção em meados dos anos 50:

“Ficava aquela dúvida se a gente seria mesmo removida. Quando eles construíram o Minhocão,<sup>24</sup> aí eu tive certeza. Deram então cinco opções para gente escolher: Vila Aliança, Vila Kennedy, Cordovil, Cidade de Deus e Cascadura. Ficamos tristes, mas não tinha como resistir” (MONTEIRO, 2003).

<sup>24</sup> O vulgarmente chamado Minhocão é um ‘edifício-fita’ desenhado por Eduardo Reidy para habitação social. Tem 6 andares e 743 apartamentos e actualmente é cortado pela Auto Estrada Lagoa-Barra e fica bem ao lado da PUC-Rio. Foi a partir da sua construção que desapareceram as dúvidas acerca da remoção do Parque Proletário da Gávea. Ambos ainda coexistiram até à extinção total do Parque. O Minhocão faz parte de um projecto mais completo, que incluía outros edifícios, mas que, porém, nunca foram construídos. O Campus da PUC-Rio foi oficialmente inaugurado a 17/7/1955.

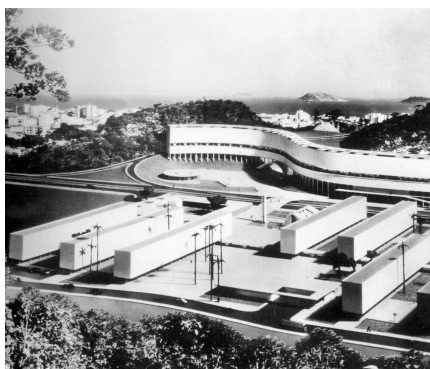


38 e 39. No início da construção do Minhocão, este ainda coexistiu com o Parque Proletário



57

40, 41 e 42. Remoção do Parque Proletário da Gávea, 1970



43 e 44. O Minhocão foi o único edifício construído do projecto de Eduardo Reidy para a Gávea

Ou seja, as remoções tiveram um papel central no chamado “Milagre Económico”<sup>25</sup> e a desfavelização da Zona Sul representou somente uma operação de cosmética que trouxe um ganho imobiliário exorbitante, em troca da qualidade de vida de milhares de favelados.

Dos cortiços para as favelas, das favelas para os parques proletários e destes para os conjuntos habitacionais periféricos, nada mais se fez do que mudar o problema de lugar, não atacando as verdadeiras causas que poderiam ajudar na resolução do problema e não só no seu escamoteamento e afastamento.

Foi escrita mais uma página na história de exclusão do Rio de Janeiro.



45 e 46. Cidade de Deus, habitações unifamiliares, 1966



47. Filme *Cidade de Deus*, rodado em Nova Sepetiba e simulando os anos 60

<sup>25</sup> Chama-se Milagre Económico brasileiro ao período entre 1969 e 1974 no qual a economia brasileira cresceu percentagens históricas, atingindo picos anuais de 13%. A contrapartida foi o seu oposto, ou seja, os Anos de Chumbo, simultâneos ao boom económico, mas que fizeram crescer a pobreza e a desigualdade social. Ou seja, este período representou o enriquecimento de uns e o empobrecimento de outros pelo que, quem se engloba num dos pólos, dificilmente acredita que tenha existido o oposto. Em 1974 a crise do petróleo põe fim ao milagre.

O período remocionista foi longo e conturbado. Pela sua importância anexaremos, seguidamente, três casos que ajudam na compreensão mais ampla do fenómeno. Além da sua exemplaridade, são casos que, por estarem bem documentados, enriquecem a explicação e, por isso, fogem ao registo rápido de mera citação, ocorrido com os exemplos até agora expostos. São três casos anexados por razões diferentes.

O caso da Maré é incontornável, pois é a súpula de todo o processo evolutivo das favelas cariocas. O conjunto das suas comunidades espelha as várias fases, bem marcadas e materializadas nos vários conjuntos, assim como a variedade tipológica possível. A sua história é riquíssima, repleta de apontamentos do máximo interesse arquitectónico. Mais especificamente para o capítulo em causa, a Maré é um dos mais fortes exemplos de conjuntos habitacionais periféricos, resultantes da era Lacerda.

O segundo caso prende-se com o processo de remoção em concreto. Senti necessidade de entender como é que se iniciaria e consumaria um processo desta índole, qual a metodologia aplicada, quais as 'possibilidades', basicamente o 'como'. Encontrei em São Paulo um livro que descreve e documenta exemplarmente um processo de remoção. Específico, claro, dado que cada caso é um caso, a história remete à década de 90, aquando da abertura da Avenida Faria Lima, hoje grande artéria paulista. No Rio de Janeiro, embora como já vimos, os casos tenham sido inúmeros, nenhum está tão bem esmiuçado como o está o processo de remoção Água Espreada, exaustivamente descrito por Fix (2001) que lhe dedicou, justamente, a sua Prova de final de curso na FAUUSP (Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Assim, apesar deste caso se desenrolar fora do Rio e fora da época alta das remoções, penso ser útil como um exemplo, um caso que, pela boa documentação, pode dar uma ideia mais clara de como se terão desenrolado milhares de operações de remoção por todo o Brasil. Um exemplo, somente um exemplo, num domínio onde não existem modelos nem protótipos, mas num campo largamente transversal a nível temporal. Ou seja, embora as remoções sejam uma política carioca localizada, elas sempre existiram e continuarão a ser postas em prática. Por isso, independentemente de onde e de quando ocorreu o caso, dado que não é do âmbito deste trabalho entrar nas políticas específicas paulistas nem na sua realidade favelada, achei que a sua inclusão seria elucidativa para se ter ideia de que cartas e que tipo de cartas estão em jogo, quando falamos em remoção. A verdade é surpreendente.

Por fim, Brás de Pina, o contraponto da política remocionista, que tem peso demasiado para poder ser meramente citado. Um caso da máxima importância enquanto experiência, e referente aos novos caminhos que, doravante, abriu.

## MARÉ, MARCO DA POLÍTICA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS PERIFÉRICOS

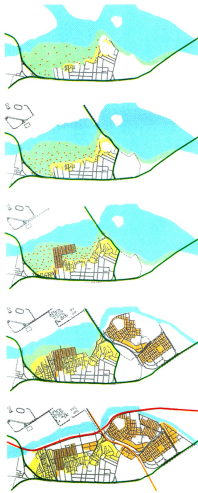
Começamos, então, pela Maré, o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, verdadeiro palco das sucessivas experiências arquitectónicas e urbanísticas ao longo de décadas e o mais significativo laboratório urbano de habitação popular carioca. Num mesmo local, encontram-se exemplares das diversas experiências habitacionais, postas em curso consoante as várias políticas, dos vários governos, seguindo os vários pensamentos sobre a questão habitacional, logo, marco fundamental, também, na política dos conjuntos periféricos.

O que os cariocas comumente chamam de Maré, é muito mais que uma favela, é o conjunto de mais de 130 mil pessoas, residentes em 16 comunidades, tendo cada uma a sua especificidade. Por ordem de ocupação temos: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Major Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Vila Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila Pinheiro (1989), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas ou Fogo Cruzado (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiro ou Salsa e Merengue (2000).

Tamanha diversidade abarca, no seu seio, todas as possíveis formalizações da história das favelas cariocas: desde a favela de morro, com as suas ruas labirínticas obedecendo à árdua topografia; de aterro e de beira de canal, com os resquícios das palafitas; passando pelo mais cartesiano domínio do espaço, espelhado nos conjuntos habitacionais modernistas. Desde as ruas estreitas e com pendente elevada do morro do Timbau, até às largas e rectas avenidas de Nova Holanda, às habitações unifamiliares da Baixa do Sapateiro e aos prédios modernistas do Conjunto Pinheiro, as comunidades são tão distintas como os vários bairros da cidade formal, cada qual com a sua identidade. Comum só mesmo a favelização de todo o Complexo.

Geograficamente, a Maré situa-se na Zona Norte do Rio de Janeiro, compreendida entre a Linha Vermelha, o Canal da Baía de Guanabara e a Ilha do Fundão (onde se localiza a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), e a Avenida Brasil. É ainda cortada pela Linha Amarela, fazendo desta área uma das mais movimentadas da cidade. Tantas foram as transformações urbanas durante as últimas décadas que a própria maré, que deu o nome ao complexo, já nem sequer existe. São estas modificações que passo a relatar.

A primeira favela do Complexo data dos primeiros anos da década de 40 e a história da sua ocupação foi estudada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos no seu livro *História do Morro do Timbau* (1983). Segundo ele, os primeiros moradores ficaram encantados com o local aquando de um passeio pela praia de Inhaúma. O areal, na altura limpo e agradável, estava cheio de pedaços de madeira trazidos pelas marés, parecendo sugerir o seu uso. Decidiram, então, ali construir o seu barraco, acto imitado, posteriormente, por muitos. Apesar da ilegalidade da ocupação, durante muito tempo nenhum proprietário surgiu. Só em 1947, com a instalação nas proximidades do 1º Regimento Militar, a situação mudou. No entanto, apesar das adversidades impostas às populações pelo rigoroso controlo militar, foi este que deu ao Morro a aparência que tem hoje, incluindo as baixas densidades e uma certa regulação no traçado das ruas e dos elementos públicos.



48. Evolução urbana

49. Maré enquanto conjunto de 16 comunidades



50. Morro do Timbau, 1973

51 e 52. Baixa do Sapateiro, 1947  
(pag. seguinte)

Mais interessante que a *história do Morro do Timbau* é a das favelas que se ergueram, primeiramente, sobre as águas, verdadeira proveniência do nome deste Complexo. É o caso da Baixa do Sapateiro. Encontra-se numa zona plana, mas o seu desenho urbano permanece irregular como o do Morro, denunciando, ao invés das curvas de nível, as suas origens palafitadas.

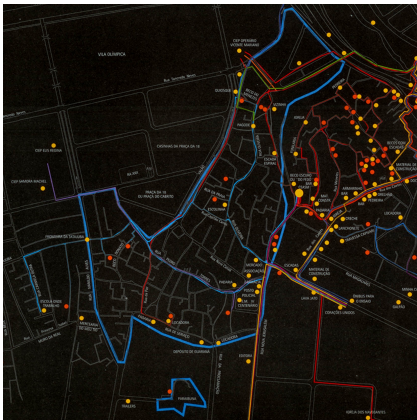
As construções em palafitas começaram a invadir os mangues nos anos 50. Nesse período foi realizado um primeiro grande aterro ligando várias ilhas, com o intuito mais vasto da criação de uma nova Cidade Universitária na Ilha do Fundão, responsável por mudanças profundas na região e na acessibilidade. Novos moradores chegaram à Maré, tanto trabalhadores da obra da UFRJ, como desalojados das desapropriações das ilhas, ocupando as áreas alagadas sob a forma de palafitas, a única maneira de garantirem as constantes movimentações de sobe e desce do mar.

As palafitas, estacas de madeira enterradas na lama, sustentavam os barracos, também de madeira ou de outros materiais precários, a maioria trazidos pelas marés. O contacto com a água e com a maresia provocava o rápido apodrecimento das madeiras que, periodicamente, tinham de ser trocadas, provocando uma renovação imparável do conjunto. O eterno vai e vem das marés repercutia-se no leva e traz de materiais para as reconstruções, num faz e refaz, ensinando àquelas gentes o instável equilíbrio da mutação e do movimento constantes.

Além dos barracos propriamente ditos, existiam ainda ligações entre partes do mesmo barraco, entre as várias casas e entre as casas e o terreno firme. Eram feitas por passadiços, também de madeira. Algumas vezes, para garantir maior área após o aterro, o barraco era construído separado do banheiro, enquanto os mais pobres costumavam construir encostado ao vizinho, para utilizar a sua ponte. Do aterro paulatino destas áreas pelos moradores, que aproveitavam a proximidade da Avenida Brasil para pedir aos camiões de entulho que despejassem ali a sua carga, surgiu a aparência formal irregular que hoje existe. Os vazios actuais correspondem aos passadiços sobre as águas de outrora e, o que nos pode parecer sem lógica, afinal, tem uma explicação bastante clara:

“As pontes de tábuas que ligavam os barracos em madeira, construídos sobre as águas, transformaram-se, no momento dos aterros, em um verdadeiro labirinto, um conjunto de becos e vielas intrincado e confuso, hoje aparentemente aleatório, mas que originalmente seguia o traçado das pontes existentes e das antigas palafitas. A lógica da construção sobre as águas se assemelha à forma de um ancoradouro provisório de pequenos barcos que se ligam uns aos outros” (VARELLA, BERTAZZO e JACQUES, 2002, 31).

62



Nas décadas de 60 e 70, a Maré era o que testemunham estas fotografias, em tudo semelhante à favela baiana de Alagados.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Alagados fica na Zona Norte de Salvador, sobre a enseada de Cabritos, que desemboca na Baía de Todos os Santos. Embora nos anos 50 grande parte da área tenha sido aterrada, ainda hoje existem palafitas. Aliás, falar de Alagados é falar de palafitas, mesmo que grande parte do bairro esteja aterrado.





53, 54 e 55. Maré, década de 60 e 70

56. Mutirão para aterro e reconstrução. Pode ver-se a área de um barraco e a respectiva ponte em madeira.



57. Alagados, Salvador da Bahia: uma Maré dos dias de hoje.

A repressão da Guarda Municipal fazia derrubes frequentes, deixando a zona à mercê da maior insegurança. No entanto, foi só no ano de 1982, com o Projecto Rio, que as palafitas desapareceram completamente. Os últimos moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais recém-construídos: Vila do João e Vila Pinheiro. Mesmo que hoje não haja palafitas nem áreas inundáveis, permanece o registo do passado próximo, de instabilidade e precariedade, marcado no seu tecido urbano irregular, materialização das anteriores pontes entre os barracos.

O Morro do Timbau e a Baixa do Sapateiro, embora por razões distintas, são duas zonas que se assemelham às favelas cariocas mais comuns: “tecido urbano irregular, labiríntico, com vários becos sem saída e grande parte das ruas que seguem as curvas de nível do morro” (VARELLA, BERTAZZO e JACQUES, 2002, 25). Nova Holanda é em tudo o oposto.

A sua origem não provém de invasão, mas foi absolutamente planejada e construída pelo Poder Público nos anos 60, sobre um enorme aterro, inspiração para o seu nome. Sobre ele foram construídos, com regularidade e ortogonalidade de traçado modernista, casas em série, de dois pisos, absolutamente idênticas. Com o intuito de serem provisórias não permitiam, em primeira instância, nenhum melhoramento ou alteração, o que levou à rápida degradação física das construções. Acolheram moradores desalojados de várias favelas da Zona Sul, como Esqueleto ou Praia do Pinto. Claro que, de provisórias, passaram a permanentes e, o que não era favela, favelizou-se.

64

Hoje, o traçado urbano mantém-se. As casas estão irreconhecíveis, modificadas seguindo a lógica de transformação própria das favelas: da madeira passou-se à alvenaria e depois, às ampliações intermináveis, com os *puxadinhos* e as lajes sucessivas. Nada resta do original. A boa notícia guardada nos conjuntos habitacionais que lhe sucederam era a confirmação da permanência destas comunidades no local, afastando o fantasma das remoções.

A Vila e o Conjunto Pinheiro também são casos assinaláveis. Novamente um grande aterro, também ele da altura do Projecto Rio, para alojar os moradores das palafitas. Inicialmente foram construídos dois grandes conjuntos habitacionais: a Vila Pinheiro, conjunto de casas unifamiliares geminadas, e o Conjunto Pinheiro, grandes blocos de prédios multifamiliares. Mais recentemente o conjunto Salsa e Merengue.

A Vila Pinheiro foi planejada em moldes racionalistas em torno da Mata<sup>27</sup> que, sendo circular, acaba quebrando a absoluta rigidez da quadrícula. Também estas se favelizaram. Apesar das suas formas ortogonais, os conjuntos assemelham-se muito mais às favelas vizinhas do que à cidade formal, em cujo modelo se inspiraram. Este processo demonstra a rejeição dos modelos rígidos impostos autoritariamente, desligados da realidade concreta destas populações e fruto do desconhecimento e da incapacidade, de arquitectos e urbanistas, em lidar com a complexa questão da habitação popular. Tudo peca por inadequação, o que fez com que os moradores, ao invés de se adaptarem às lógicas impostas pela inflexibilidade formal, que não era a sua, adaptassem antes os conjuntos às suas lógicas e dinâmicas, tão próprias do espaço favelado. Nas favelas, os moradores estão habituados a participar na

<sup>27</sup> A Mata é o que sobrou da famosa ilha, laboratório do Instituto Oswaldo Cruz que, depois dos aterros, foi constituída Parque Municipal Ecológico da Maré, um dos poucos espaços verdes da zona.

construção das suas casas e dos espaços públicos, segundo aquilo que querem e que necessitam, num processo de *mutirão* e de auto-construção que reforça os laços de solidariedade entre os vizinhos. Logo que o dinheiro e a necessidade surgem, outras partes da casa podem ser acrescentadas, sem plano nem projecto prévio, numa eterna mutação. Ao chegarem aos conjuntos, deparam-se com um espaço acabado, sem coerência para eles, e não o aceitam, começando a fazer modificações sucessivas, chegando a uma espacialidade muito próxima à das favelas. Na Vila Pinheiro poucas são as casas originais, tamanhas foram as transformações.

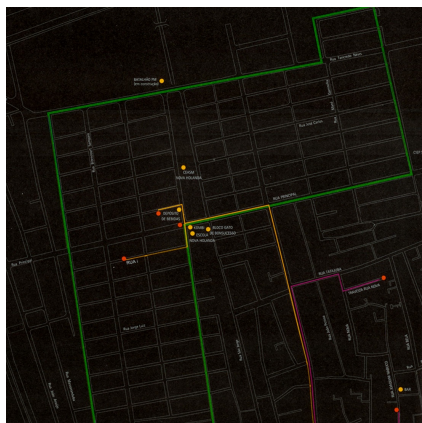
Já nos conjuntos, como no caso do Conjunto Pinheiro, as mudanças são sempre mais difíceis, quer devido à tipologia (prédios de apartamentos), quer ao material (estruturas de concreto pré-fabricado). Mesmo assim, os acrescentos, principalmente no térreo, são óbvios, bem como a apropriação de espaços livres deixados como espaços de uso comum, agora *biroscas* e *lanchonetes*. Internamente, muitas funções de determinados espaços são usadas para fins completamente díspares dos previstos. Os muros que cercavam os blocos ganharam novas formas e, como tinham poucas passagens, novas aberturas foram providenciadas pelos moradores, inconformados com a imposição de terem de passar somente pelas previstas em projecto. Mesmo assim, é comum vê-los a pular o muro para cortar caminho. Todo o espaço foi sendo apropriado, só a geometria das ruas se mantém tal como os arquitectos a desenharam.

O Conjunto Bento Ribeiro Dantas, mais conhecido por Fogo Cruzado por ter estado muito tempo na linha de tiro entre as duas facções do tráfico de drogas, foi construído na década de 90. Os moradores vieram deslocados de outras favelas, através do Programa Morar sem Risco. A arquitectura “pós-moderna” foi pensada, justamente, para contrariar o ar duro e sólido dos antigos conjuntos modernistas. A utilização do tijolo e do concreto aparentes lembra a arquitectura das favelas e a sua forma também é menos rígida. A cobertura inclinada foi pensada para impedir a verticalização, na tentativa de preservar o desenho original. Claro que a tentativa de “imitar” a lógica das favelas é meramente formal, mais do que um verdadeiro esforço de entendimento. Por ser projectado por arquitectos, inevitavelmente continua a seguir uma modulação e a respeitar as regras de divisão interna normais da cidade formal. Por isso, e apesar da tentativa e do esforço para uma formalidade aparentemente mais orgânica, todo o conjunto se favelizou.

Segundo Paola Berenstein Jacques, o novo modelo acabou caindo “na armadilha da racionalidade construtiva e da repetição formal (...) Na realidade, o novo modelo de conjunto habitacional é uma representação formal da arquitectura das favelas, uma simples alusão planejada às formas espontâneas, que acaba muito distante da maneira real dos favelados de construir e habitar o espaço. Os construtores das favelas possuem uma lógica e uma cultura espacial própria, completamente diferente da lógica da arquitectura convencional da cidade formal. Trata-se de outro processo, outra forma de construir as próprias habitações, de reagrupá-las e, assim de ocupar e se apropriar do espaço urbano. As favelas seguem um processo espacial, uma dinâmica singular” (VARELLA, BERTAZZO e JACQUES, 2002, 48-49).

De facto, estas tentativas vieram provar a inadequação e o choque existentes entre a Arquitectura formal, das Universidades, e a informal, das favelas. E não há muita coisa a

fazer em relação a isto. Claro que os arquitectos que fizeram o projecto dos conjuntos habitacionais, precisamente por se tratar desta tipologia específica, teriam de usar os instrumentos e as metodologias ao seu dispor, provenientes da sua linguagem arquitectónica intrínseca. Não havia maneira de esta lógica se adequar à das populações receptoras. Para trabalhar com estes espaços, com características tão distintas e com uma identidade formal tão própria, é preciso ter uma ligação estreita com esta realidade. O desconhecimento é um grande inimigo do projecto e gera a desadequação compulsiva. Assim, os arquitectos, perante tal encomenda e num contexto histórico específico, temporalmente demarcado, não podiam ter feito muito diferente, e os favelados, numa reacção previsível, não podiam ter agido de outro modo. Certamente que os erros cometidos nestas décadas foram necessários para abrir caminho a novas e diferentes posições arquitectónicas em relação ao espaço favelado, a mudanças significativas na maneira de ver e projectar o espaço popular, mais tarde materializado em outros programas.

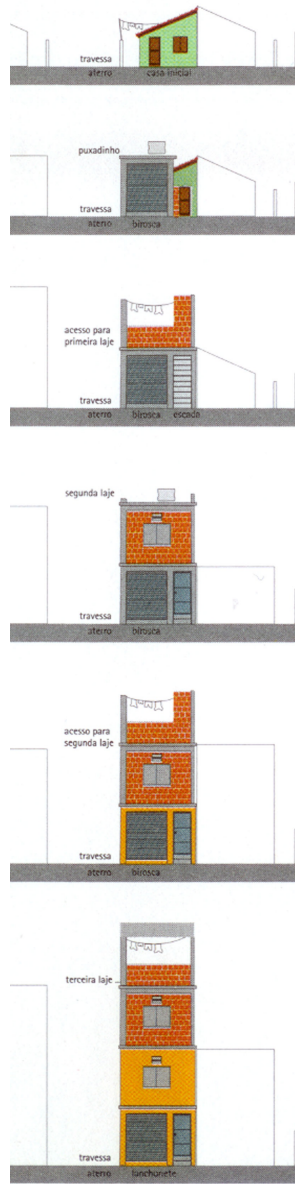
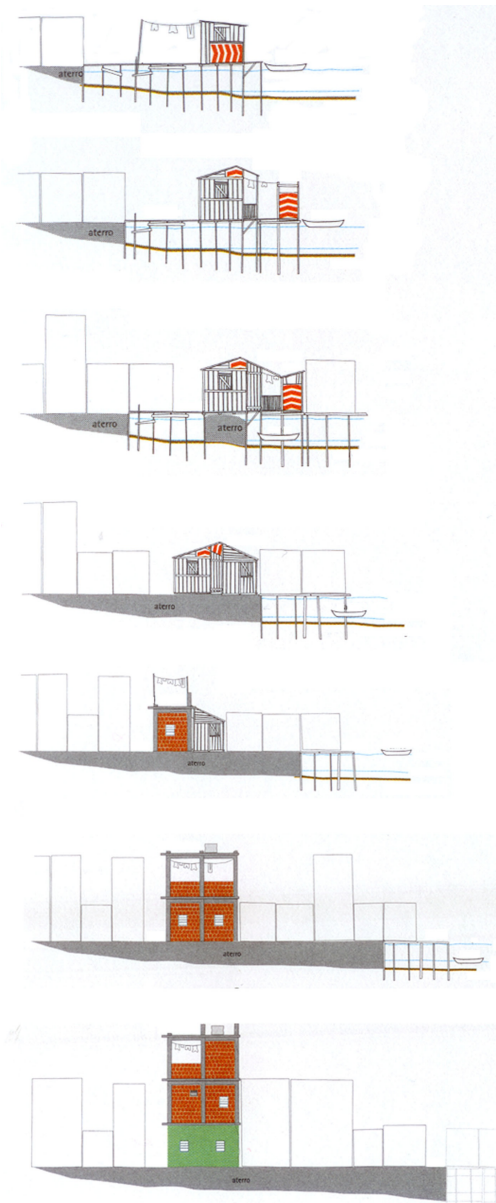


58 e 59. Conjunto Nova Holanda, 1961

60. Conjunto Pinheiro

61. Conjunto Bento Ribeiro Dantas





62. Evolução arquitectónica das comunidades baixas da Maré: desde as palafitas às sucessivas lajes

63. Esquema de favelização do conjunto

## UM CASO DE REMOÇÃO (SÃO PAULO – JARDIM EDITH)

Embora a política remocionista, como já foi referido, tenha tido o seu auge em meados dos anos 60, esta continua a prevalecer quando se trata de operações urbanas e dos interesses do capital, tornando-se temporalmente independente, como se comprova pelo caso descrito de seguida.

No início da década passada, São Paulo assistia a uma mega operação urbana e ao nascimento de uma “nova cidade”, a partir da deslocalização das favelas existentes ao longo do córrego Água Espraiada, ente elas Jardim Edith. O objectivo era o prolongamento da Avenida Faria Lima, onde seria construído um *business center*, composto por modernos arranha-céus, dotados de toda a tecnologia de ponta então disponível. Fix (2001) acompanha de perto esta operação e relata tudo o que viu e presenciou na sua prova de final de curso, depois transformada no livro *Parceiros da Exclusão*, título que faz alusão aos 50 mil favelados das 68 favelas do córrego Água Espraiada, expulsos dos seus lares e afastados da cidade.

Considerada por Paulo Maluf<sup>28</sup> uma prioridade para o desenvolvimento de São Paulo, a Faria Lima arrasou tudo o que estava no seu caminho, incluindo algumas casas de um bairro de classe média, em Pinheiros.

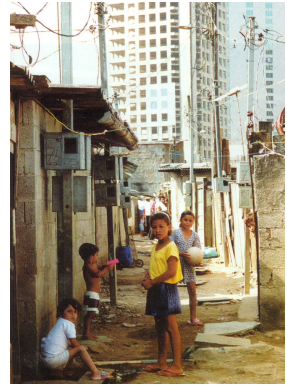
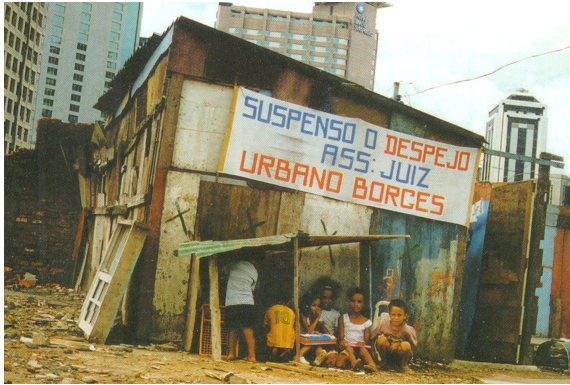
Hoje, de facto, esta avenida é um dos pólos económico-financeiros paulistas mais dinâmicos, cujos vestígios da sua fundação foram completamente apagados. O que a maioria da população de São Paulo não imagina é que foi construída à custa da vida de alguns favelados, e da mudança de milhares. Aos que sentiram na pele todas as consequências desta operação estética, desta manobra imobiliária, Fix deu voz expondo as poucas “opções” que a Prefeitura “ofereceu” a esta massa de excluídos, o elo mais fraco de uma campanha pró desenvolvimento. Tiveram o “azar” da sua casa ter sido construída no local que o futuro tornou muito valorizado, uma excelente área para o investimento e para a geração de capital, ingredientes que o progresso não perdoa. Neste livro são narradas as tentativas de sobrevivência dos que perderam até o pouco que tinham, e fica o exemplo de Jardim Edith, como um protótipo do que foi acontecendo, ao longo do tempo, um pouco por todo o país.

68



64. Jardim Edith antes da remoção

<sup>28</sup> Paulo Salim Maluf foi Prefeito de São Paulo entre 1969 e 1971 e entre 1993-1997.



65 e 66. O luxo e o lixo: os barracos e os prédios em construção da "nova cidade", entre eles o Centro Empresarial Nações Unidas

Os mecanismos que possibilitaram o desenho e a construção desta nova parcela urbana passaram dos mais básicos aos mais refinados, combinando expulsão, coacção e indemnização miserável, com corrupção, suborno e operações imobiliárias. Vejamos primeiro as “opções” dadas pela Prefeitura:

“Ao serem cadastrados para a remoção, os moradores das favelas do córrego Água Espreada deveriam optar entre: a) comprar uma *moradia* financiada e construída pela Prefeitura, b) receber uma *verba em dinheiro* ou c) ganhar uma passagem *de volta* à “*terra natal*”. Os apartamentos seriam construídos no Barro Branco, Cidade Tiradentes, na Zona Leste, a 50 quilómetros da favela, onde a Prefeitura já possuía um terreno. Contudo a situação dos moradores de Jardim Edith era um pouco diferente: graças à doação de um *pool* de empresários que se reuniu para forçar a remoção completa da favela (e não apenas da faixa necessária para a construção da avenida), foi comprado um terreno no Jardim Educandário, próximo à divisa com Tabão da Serra, a 15 quilómetros da favela” (FIX, 2001, 38).

Este grupo de empresários que se reuniu para a compra do terreno no Jardim Educandário (Associação de Promoção Habitacional e Social), mas que preferiu o anonimato, foi elogiado pela imprensa como empresários de “nova mentalidade”. A sua “generosidade” valeu-lhes, com a retirada dos favelados da zona, uma valorização média de 20 a 30%, chegando até 100% nas zonas adjacentes, o que significou um ganho imobiliário fabuloso, tornando irrelevante o valor da doação. Para se ter uma ideia, Fix exemplifica com o World Trade Center. Se este se valorizasse 30%, o ganho seria de 75 milhões de reais, quase dez vezes o montante investido por este *pool* no projecto social (FIX, 2001, 33). Por outro lado, as casas no Jardim Educandário apenas eram suficientes para albergar 12% dos favelados de Jardim Edith (3 mil famílias) ou 4% dos favelados, considerando todas as favelas a remover.

Mesmo assim, a funcionária da Prefeitura, responsável pelo desfavelamento da área, considerava a população desta favela privilegiada:

“O pessoal que mora na favela Jardim Edith está tendo a oportunidade e vai acabar

perdendo a chance. Porque as pessoas, ao invés de se consciencializarem que vão ter uma moradia, que vão poder deixar para os seus filhos uma situação regular, que ninguém nunca mais vai bater na sua porta: 'sai porque nós vamos passar uma avenida!', que é teu, uma coisa que você vai ter para o futuro, no lugar disso tudo, estão preferindo os 1 500 reais."

No entanto, uma das representantes dos favelados reagiu na reunião de negociação: a "opção moradia" não estava sendo divulgada. (...) Foi esse um dos motivos que levou a maior parte dos favelados a não optar pela "alternativa habitacional" da Prefeitura. Ainda assim, os que acabaram por saber e optar por esta "alternativa" deveriam ainda passar pelo purgatório dos alojamentos (...) esperar pela construção da casa, que não estava assegurada, e finalmente pagar por 25 anos uma prestação de 57 reais, que apenas no início não seria reajustada.

A questão era que o terreno não era suficiente para os 12 mil moradores de Jardim Edith. Se todos decidissem comprar as casas no terreno oferecido pelos empresários, teríamos uma densidade de 3 mil habitantes por hectare, 6 vezes superior à da planejada Brasília, 10 vezes superior à média de São Paulo, ou 50 vezes superior à do Panamby. Além disso, o terreno, cercado por muitos outros conjuntos habitacionais e favelas, fica numa encosta de morro, já apresentando deslizamentos de terra.

Nas demais favelas do córrego Água Espraiada, a situação era ainda pior: para cerca de 40 mil pessoas removidas, foram oferecidas apenas 638 moradias (no início o secretário da Habitação falava em 450), a cerca de 50 quilômetros do local. Para controlar a demanda, a Prefeitura contava com a má localização do Conjunto Barro Branco, no fim da Zona Leste, a 18 quilômetros da última estação do metro, e ainda com a precariedade das habitações. (...) Na visão de uma das assistentes sociais que trabalham na remoção, o facto de a maioria dos favelados não ter optado pela alternativa habitacional só pode ser explicado por se tratar de um "povo nómada": "É um tipo de população que não cria vínculos com o lugar, é uma população itinerante". (...) Apesar da coordenadora afirmar que a Prefeitura está "oferecendo a alternativa habitacional", atendendo "todas as famílias que moram na faixa de domínio da obra", a maioria dos favelados foi induzida a receber apenas a ajuda financeira. Como resultado, menos de 5% da população "optou" por casas ou apartamentos nos conjuntos habitacionais" (FIX, 2001, 40-41).

Relativamente à segunda "alternativa", os critérios continuavam insatisfatórios. A verba em dinheiro, estipulada em 1 500 reais por família "era considerada pela Prefeitura uma "ajuda de custo" para a mudança. Neste caso o caminhão era gratuito, uma "gentileza" da Prefeitura" (FIX, 2001, 41). Todas as decisões do cadastramento ficavam ao critério das assistentes da Prefeitura, e era do seu bom senso que dependia a distribuição das verbas e a percepção do número de famílias que existia por barraco, mediante os intrincados graus de parentesco. Fix constatou que a avaliação foi injusta e desigual, transformada, acima de tudo, numa negociação caso a caso. No final, houve famílias de muitos membros que partiram com os 1 500 reais, enquanto algumas, mais insistentes, subiram a indemnização para os 24 mil! As assistentes, mesmo com a obra terminada, garantiam que os valores apenas tinham variado, em casos muito específicos, até aos 1 600, 1 650 reais (FIX, 2001, 50). Os líderes dos favelados eram sistematicamente comprados, por se temer a sua capacidade



de mobilizar a comunidade para oferecer resistência. O mesmo acontecia com os advogados contratados por eles que, devido à maioria dos habitantes ocupar o terreno há mais de 20 anos, já poderiam accionar a sua posse por usucapião. Os subornos iam desde dinheiro até mansões, e os seguintes já tinham em vista a possibilidade de vender o seu silêncio. Desta forma, todas as possíveis negociações ou formas de luta foram desarticuladas e deitadas por terra.

Por um lado, as obras da avenida tinham pressa em demolir os barracos. Por outro, a construção do conjunto habitacional no terreno comprado pelo grupo de empresários ainda nem tinha começado. Enquanto isso, os favelados que escolhessem esta opção esperariam em alojamentos provisórios, que não eram mais que uns pavilhões de madeira, em que cada família tinha direito a uma divisão de 13 m<sup>2</sup>, e cuja entrada era controlada por seguranças, mas que nem por isso tinham evitado as violações, os tiroteios e a morte de pessoas. Quem se mudou para lá igualava-os a campos de concentração.

Para pressionar, a estratégia era a seguinte: sempre que alguma família chegava a acordo e saía, o seu barraco era destruído, abrindo-se uma frente de trabalho. Para que isto acontecesse, os tractores rondavam os barracos, passavam rente aos ainda de pé, instalando o medo e o pânico, um dos ingredientes para conseguir que os favelados aceitassem logo a oferta da Prefeitura. Outros eram a saída de familiares e amigos, as visitas constantes das assistentes, a ameaça da polícia, a pressão psicológica através do corte da água, da luz e o medo de um derrube "accidental", que já havia provocado a morte de um menino, soterrado

71

num deslizamento de terras, e outra morte, por suicídio. Quanto ao destino destas pessoas, a Prefeitura, na voz da coordenadora da remoção, alegava desconhecimento:



67. Os últimos barracos do que foi a favela Jardim Edith e os camiões de mudança

68 e 69. O tecido urbano paulista em Fevereiro de 1996 e a Avenida Faria Lima, já em funcionamento, em Abril do mesmo ano

“Todas as pessoas que estão no alojamento são de responsabilidade minha, enquanto Prefeitura; agora, as pessoas que saíram com ajuda de custo, pouco me importa onde estão” (FIX, 2001, 41).

A verdade é que o camião de mudanças, disponibilizado pela Prefeitura, sabia bem onde deixar estes favelados e os poucos pertences que lhes foram permitidos levar: o destino era uma zona de mananciais, nas margens das represas Billings e Guarapiranga, zonas de protecção ambiental, que, apesar das fortes restrições determinadas pela Lei Estadual de Protecção dos Mananciais (1979), tem sido intensamente ocupada por quem, como os de Espraçada, não tem onde morar. Este caso é um exemplo de como as políticas públicas brasileiras têm empurrado as populações pobres para novas ocupações clandestinas, pela restrição da sua permanência em todos os outros lugares.

“Seguindo as indicações da Mariana, encontrei nas margens da represa Billings uma das favelas para onde foram muitos dos moradores da favela removida da Berrini. As casas de alvenaria e os barracos estavam na beira da represa. A rua tinha virado canal e as crianças passeavam com água pela cintura. Alguns compensados de madeira faziam o papel de pontes. As casas estavam parcialmente submersas e os móveis, totalmente danificados” (FIX, 2001, 252).

72

É assim aprofundada a segregação sócio-espacio-ambiental da população pobre “dentro de uma doutrina ecológica bastante difundida que atribui a eles os danos ambientais” (FIX, 2001, 135). É a própria organização espacial da cidade que gera e mantém a exclusão, como se a ilegalidade na posse da terra se repercutisse em todos os demais aspectos.

Apesar de tudo isto, no seu discurso de inauguração do primeiro trecho da nova avenida, em 1996, Maluf não poupava a emoção: “Quero agradecer também aos favelados que moravam aqui. Não teve nenhum problema. Ninguém tirou ninguém à força, não (...) Todos tiveram sua vida melhorada” (FIX, 2001, 50).



70 e 71. Favela Jardim Edith II, na Represa Billings, para onde foram muitos dos moradores expulsos com a remoção Água Espraçada

Brás de Pina insere-se no clima remocionista da política de Carlos Lacerda, mas distingue-se por ser uma brecha bastante significativa no autoritarismo vigente, não só enquanto resistência à remoção, como também pela experiência pioneira resultante.

Estávamos no ano de 1964 quando Brás de Pina, uma favela da Zona Norte com grandes potencialidades imobiliárias, entrou na lista negra das remoções. A resistência foi feita através da Associação de Moradores e dos padres da comunidade, que conseguiram que apenas um terço dos moradores cedessem e abandonassem a favela. A FAFEG interveio também, mandando os seus consultores para o terreno. Carlos Nelson<sup>29</sup> era um deles. Rogério Neves, Sylvia Wanderley e Sueli Azevedo também faziam parte do grupo, posteriormente formando o atelier Quadra Architectos Associados.

Decidida a ser poupada, Brás de Pina iniciou um processo de urbanização que seria um marco na história das favelas cariocas, brasileiras e mundiais, experiência oposta à rigidez dos conjuntos habitacionais, preconizados como a solução.

A equipa começou traçando um plano viário e de infraestruturação, não esquecendo o aterro do pântano existente na zona central da favela, tudo feito em sistema de *mutirão*.

A infraestruturação começou a ser feita pelos terrenos vazios, deixados pelos moradores que abandonaram a favela. Depois retomava-se a traça viária, e quando esta esbarrava com um novo barraco, este era mudado para um lote infraestruturado, através de operações rápidas, e assim sucessivamente, resultando num traçado reticulado, ortogonal, que se mesclava com a envolvente de bairros consolidados formais.

A grande novidade foi que as soluções projectuais foram sempre de acordo com os desejos dos favelados. Embora Carlos Nelson pretendesse superar a falta de espaço com a sobreposição horizontal por andares, os favelados preferiram a exiguidade do lote de 120 m<sup>2</sup> e a construção em extensão, desde que a propriedade pertencesse toda a uma só família.

Depois de definidos os quarteirões, estes foram ainda divididos em lotes de 6,5 metros de frente. Também as plantas das casas foram desenhadas pelos favelados, segundo as suas ambições e necessidades. Posteriormente, foram agrupadas segundo as semelhanças e a incidência, de modo a distribuí-las no terreno, após rectificadas pelos arquitectos para verificação da sua compatibilidade com o plano urbanístico geral.

Já nos lotes infraestruturados, deu-se início à construção das novas casas de alvenaria, através das linhas de crédito do Banco Nacional de Habitação. Aos arquitectos ficava a tarefa de esclarecer e aconselhar a população, sempre que solicitados, mas prevaleciam sempre as opções dos futuros habitantes do espaço, pelo que as opiniões eram prescritivas, ao modo de Turner, sem criar entraves, barreiras ou proibições. Mesmo não concordando, como por exemplo em relação à minúscula varanda que os favelados insistiam em dotar o fogo, eles aconselhavam tecnicamente, mas deixavam a última palavra para os moradores.

“Turner advogava a inteira liberdade de opções na construção da moradia própria, princípio ao qual correspondia também uma *certa* demissão da função do arquitecto, incapaz

<sup>29</sup> Carlos Nelson Ferreira dos Santos era, à data, estudante de Arquitectura. Licenciou-se pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1966.

de introduzir mais-valias técnicas ou arquitectónicas no desenrolar do processo construtivo. Achava que, por contrário, eram os saberes instituídos da construção e do planeamento que tinham a ganhar com o conhecimento das soluções dos moradores. Carlos Nelson, por seu lado, e talvez pelas especificidades sociológicas que identificava nos “seus” moradores, reconhecia ao seu trabalho e ao dos seus colegas a possibilidade de se assumir como um processo de acompanhamento e de introdução de benefícios racionais que não pressupunha, de forma alguma, a imposição de soluções ou a rigidez normativa, nem por razões de ordem funcional e, sobretudo, jamais por razões de ordem estética. A infraestruturação urbana foi, em Brás de Pina, a razão primeira e última do intervencionismo técnico, mas a possibilidade de intervir ao nível das opções de conformação e de construção dos fogos nunca foi imposta nem renegada. Era uma assistência a que os moradores tinham direito e à qual recorreriam de livre arbítrio” (BANDEIRINHA, 2007, 51).

Curiosamente, depois de todo este processo tão pessoal de desenho das casas, aquando da integração dos moradores aos sistemas e processos que agora os tornariam, definitivamente, parte da cidade formal, entre eles pagamentos (impostos, luz, água, saneamento, etc), a maioria vendeu as suas casas e procurou outra favela. Mesmo quem resistiu à deslocação para conjuntos habitacionais na época da expulsão, fá-lo agora voluntariamente, comprometendo o sucesso conceptual de toda esta operação, já que as casas, construídas para determinadas pessoas, foram passadas para outras, que nada tiveram que ver com o processo, impondo novos usos e novas relações. Toda a área, desfavelizada e construída de novo, voltou-se a favelizar, com os omnipresentes anexos e *puxadinhos*, com lajes sucessivas, num caos que deve ter arrasado os entusiastas da ideia original.

Carlos Nelson ainda chegou a trabalhar em outras favelas, como no Morro União, no Catumbi, e nas favelas do Morro Azul, posicionando-se como “advogado dos moradores” nas questões de arquitectura e urbanismo. Aos poucos, estas experiências fizeram com que o arquitecto se voltasse para a realidade das pessoas, em vez de para a das casas: “Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome” (SANTOS, 1981, 13).

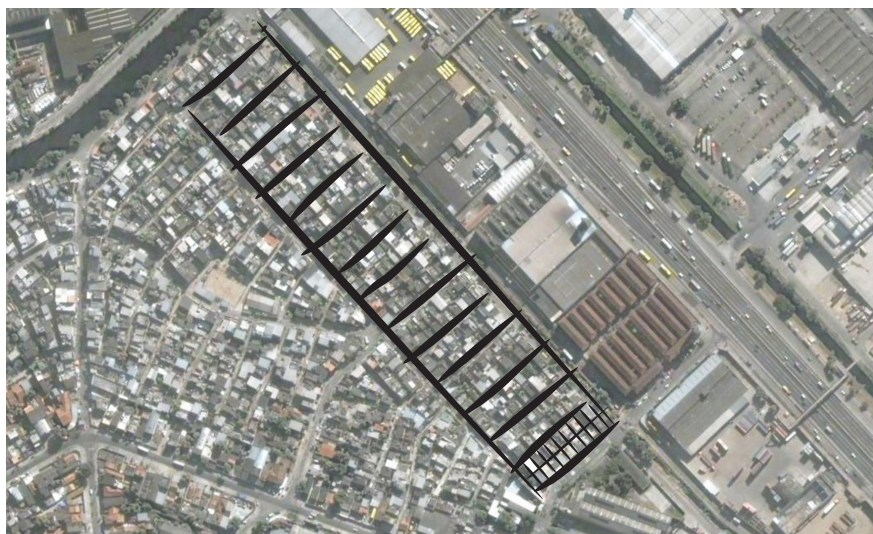
Em 1974, apercebeu-se da impossibilidade de continuar como arquitecto e, em 1979, apresentou a sua tese de mestrado em Antropologia Social. Concluiu que não poderia ser a Arquitectura a resolver problemas que eram provenientes do sistema capitalista. Não era a cidade que estava errada, mas a forma como era apropriada, pelo que, enquanto arquitecto, só poderia resolver problemas pontuais e nunca abranger campos alargados, que nunca estiveram ao alcance da disciplina, como por exemplo os políticos, os económicos, etc. Talvez o seu ímpeto demissionário se prenda com a exigência demasiada e com as expectativas que ele próprio colocou à Arquitectura. As conquistas possíveis, em termos de espaços urbanos e privados, pareceram-lhe poucas, específicas e pontuais, resolvendo caso a caso, um problema de um bairro ou de uma cidade, mas sem resultados mais abrangentes que esses. Realmente Brás de Pina só resolveu um problema local, ainda não foi ali que um método ou um procedimento generalizável foi encontrado para resolver o problema habitacional do mundo. Mas nunca será a Arquitectura, sozinha, enquanto disciplina, que tem o dever ou o poder de o encontrar.

Hoje Brás de Pina é uma zona bastante perigosa, mas perfeitamente integrada nos bairros envolventes, sem nenhum vestígio evidente desta história do passado, embora contendo uma nova postura em relação à questão da comunidade favelada, mais tarde retomada com o Programa Favela-Bairro.



72 e 73. Brás de Pina, depois do anúncio da remoção

75



74. Brás de Pina ainda conserva hoje a malha reticulada dos tempos de Carlos Nelson

